

**PROJETO “JOVENS RURAIS”: LIDERANÇA, COLETIVIDADE,
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-POLÍTICO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL¹**

EDER MARIANO PAIVA FILHO²
Universidade Federal de Goiás/ Campus Jataí
ederpaiva@gmail.com

DINALVA DONIZETE RIBEIRO³
Universidade Federal de Goiás/ Campus Jataí
dinalvadr@gmail.com

UNIDADE ACADÊMICA: CAMPUS JATAÍ (GEOGRAFIA)

PALAVRAS-CHAVE: JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL, IDENTIDADE
CAMPONESA

JATAÍ
2010

¹ Revisado pelo orientador

² Orientando

³ Orientadora

JUVENTUDE RURAL

O presente relatório é resultado da pesquisa intitulada “Investigação das alterações promovidas pelo projeto “jovens rurais” na vida escolar, na organização social e na (re) produção da identidade camponesa dos jovens assentados envolvidos” aprovada pelo edital PIBIC 2010-2011.

O projeto “Jovens Rurais” foi aprovado pelo Edital MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA - Nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária, atendendo as seguintes linhas de apoio: Organização social e associativismo; ecologia, legislação ambiental e utilização de recursos naturais; produção agrícola, zootécnica e agroecológica. Foi executado pela Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí em parceria com outras instituições colaboradoras, sendo elas: Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão* e *Campus Samambaia/ Goiânia*; Universidade Federal Fluminense; Associações dos Assentamentos Rio Claro, Santa Rita, Lagoa do Bonfim e Três Pontes; Prefeitura Municipal de Perolândia, atendendo cerca de 60 jovens de tais assentamentos. O projeto foi desenvolvido com características eminentemente extensionistas, ocorreu em forma de vivências universitárias, as quais aconteceram no período de julho de 2009, janeiro de 2010, julho de 2010 e janeiro de 2011, durando 15 dias cada, sendo que tais vivências tinham suas oficinas planejadas a partir das linhas de apoio.

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, se faz necessário fazer uma introdução a respeito da juventude rural apresentando as especificidades desse grupo social. As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um grupo homogêneo. Segundo Weisheimer (2005),

As representações sociais remetem à idéia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social de dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta. Essa independência que caracteriza a entrada na vida adulta aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternos ou maternos. Esta abordagem retém a idéia de que os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização (p. 24).

De acordo com Melucci (1997), a juventude em termos gerais é uma etapa de vida. Para esse autor, a juventude se inicia quando, na adolescência, a infância é deixada para trás e são dados os passos iniciais para a vida adulta. Entretanto, é importante que reconheçamos as dificuldades e limitações da definição da categoria juventude como etapa de vida, pois não se trata de uma categoria homogênea, pelo contrário, ela é heterogênea, uma vez que está submetida a uma série de fatores, como por exemplo, a cultura, a classe social, os grupos, as etnias, os gêneros e o local onde habitam, sendo o campo ou a cidade.

De acordo com Abramo (1994) a juventude rural começou a fazer parte do cenário de pesquisas brasileiras principalmente a partir de 1994, quando o Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural para os Países do Cone Sul (PROCODER) introduziu em seu programa de trabalho esse tema, com o objetivo de induzir e motivar tanto as organizações internacionais quanto as instituições de pesquisa que atuam no desenvolvimento rural dos países do Cone Sul. A importância da temática juventude rural despontou no momento em que ocorreram profundas transformações no campo como, por exemplo, impacto da modernização agrícola, fator que pode contribuir com o êxodo rural devido à maior utilização da tecnologia agrícola.

No que diz respeito ao êxodo rural, no que tange as questões de gênero, as moças deixam o campo antes e em uma proporção maior que os rapazes. Esse viés de gênero no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas futuras, como trabalho e estudos.

Deser (1992), afirma que cerca de 64% dos pais de jovens rurais preferem que os rapazes continuem no campo, enquanto esta proporção cai para aproximadamente 36% quando se trata das filhas. Entende-se isso pelo fato de os rapazes serem considerados necessários para a continuidade das atividades agrícolas do campo.

A principal hipótese quanto a este processo parte do pressuposto de que o processo sucessório e toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Isso não é novo e consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo (CEPAL, 1996). Só que anteriormente, os códigos éticos e morais tão bem descritos por Woortman, (1994), estimulavam a mulher a permanecer no campo como um elo fundamental da cadeia produtiva. Neste sentido, o

processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa.

Segundo Abramovay (1999), tanto na agricultura quanto em atividades não agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no campo encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre gêneros. Além do estímulo à discussão dos processos sucessórios no interior das famílias por parte das organizações representativas, é fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de crédito que propiciem a base material de sua afirmação como futuro agricultor. Nesse sentido, o projeto “Jovens Rurais” colaborou para a conscientização dos participantes no sentido da busca pela autonomia e por melhores condições de sobrevivência como jovens agricultores.

Nesse contexto, a juventude rural aparece como um grupo extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental (RUA, 1998). Contudo, o projeto “Jovens Rurais” contribuiu para a divulgação dos conhecimentos produzidos em instituições de ensino superior no meio rural, contribuindo com os conhecimentos empíricos dos agricultores dos assentamentos participantes, assim, dando maior visibilidade aos acadêmicos, professores e demais pessoas, as quais participaram de alguma forma do projeto, no que diz respeito aos jovens rurais.

OBJETIVOS

Para desenvolver este relatório, foi preciso delimitar alguns objetivos, sendo assim, buscamos investigar as alterações promovidas pela implantação do projeto: Orientação e Instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização sócio produtiva de seus Assentamentos, projeto “Jovens rurais”, na vida escolar, na organização social e na (re) produção da identidade camponesa dos jovens assentados envolvidos.

A partir do projeto “Jovens Rurais”, objetivamos identificar se este propiciou o desenvolvimento de habilidade e competências nos jovens nas áreas de: organização social, política e associativismo; ecologia, legislação ambiental e utilização de recursos naturais; produção agrícola, zootécnica e agroecológica (linhas de apoio

sugeridas pelo edital 023/2008), assim como averiguar se as ações do projeto estimularam o espírito de liderança e de coletividade nos jovens rurais, com orientação para a organização sócio-política e o desenvolvimento nos seus assentamentos de origem.

Além disso, perscrutar a revitalização da identidade camponesa e resgate da percepção da condição de herdeiros de uma identidade e de uma terra, buscando perceber se o projeto contribuiu para estimular nos jovens atendidos a compreensão do lugar que ocupam, de si mesmos e da sociedade, de seus desejos de mudança e da afirmação como membros de um grupo social. No que diz respeito à escola foi investigado se houve mudança na relação do jovem com a mesma, seja ela urbana ou rural.

METODOLOGIA

Este relatório se trata dos resultados obtidos pela pesquisa realizada para avaliação da implementação e execução do projeto “Jovens Rurais”, o qual foi um projeto de extensão aprovado pelo CNPq com vigência de Janeiro de 2009 a janeiro de 2011.

Durante a pesquisa foi realizada a pesquisa bibliográfica a fim de dar maior credibilidade as afirmações apontadas. Além desta, a pesquisa de fontes documentais do projeto “Jovens Rurais” se fez necessária, tais como, projeto enviado e aprovado pelo CNPq (edital 23/2008); questionário diagnóstico para inscrições e seleção dos jovens participantes, plano de ação de cada módulo da intervenção universitária; cronograma dos módulos da intervenção; relatórios de acompanhamento\avaliação feitos pelos jovens e recolhidos pela equipe de trabalho do projeto em seus respectivos assentamentos; material didático que o projeto oferece aos jovens (cartilhas e apostilas); programa de ensino e planos de aulas que os professores ministraram nos módulos e tarefas desenvolvidas pelos jovens após cada vivência (cartazes, relatórios, textos, entre outros).

Percorridas as etapas descritas, foi feita a análise de tudo que foi colhido e interpretação e organização de todos estes dados, podendo finalmente fazer um embate dos dados colhidos, com toda a literatura sustentadora de nossa pesquisa, confrontando os mesmos para a realização da discussão.

RESULTADOS

Para melhor exposição dos resultados encontrados a partir da participação dos jovens no projeto “Jovens Rurais”, iremos apresentá-los em tópicos separando em resultados sociais e técnicos, porém, iremos aprofundar os sociais durante a discussão, já que são os que interessam aos objetivos de nossa pesquisa.

Para a realização do projeto, foram elaborados módulos de vivência, os quais foram feitos a partir das necessidades dos jovens assentados participantes. Tais módulos facilitaram a obtenção dos resultados alcançados, uma vez que, houve a orientação e instrumentalização teórico-prática de 60 jovens assentados oriundos de assentamentos de reforma agrária, com impacto direto em 48 famílias e aproximadamente 240 pessoas por meio da multiplicação dos conhecimentos adquiridos durante a participação no projeto.

Resultados Sociais:

- Melhora do envolvimento e interesse dos jovens nas atividades diárias do assentamento, em seus lotes e áreas rurais.
- Melhora na afirmação e entendimento como jovens camponeses (identidade camponesa).
- Diminuição do interesse de deixar de viver em áreas rurais.
- Interesse na formação continuada, fazer curso superior.
- Envolvimento nas reuniões das Associações dos assentamentos.
- Melhoria da comunicação entre as pessoas, dentro e fora do assentamento.
- Melhora da auto-estima.
- Atuação como agentes multiplicadores de conhecimentos nos assentamentos de origem.
- Melhoria da qualidade de vida.
- Maior envolvimento com as atividades e vida escolar.
- União entre os jovens assentados.
- Organização de eventos sociais como: torneios, quadrilhas, construção de uma biblioteca, entre outros.

Resultados Técnicos:

- Diversificação e aumento da produção, produtividade e da renda familiar.
- Articulação para a comercialização da produção dos assentamentos.
- Formação de multiplicadores dos conhecimentos técnico-científicos tratados durante os módulos de vivência.
- Uso e aproveitamento de resíduos para a adubação e proteção do solo.
- Ampliação do abastecimento do mercado nos municípios.
- Uso de materiais alternativos para construções diversas.
- Reuso de materiais para a produção de utensílios e artesanatos.

DISCUSSÃO

A juventude rural se encontra em constante processo de discussão, uma vez que, essa fase deveria ser mais entendida e estudada por ser peça fundamental no cenário de desenvolvimento progressivo da sociedade.

No mundo contemporâneo, a investigação sobre os jovens em suas diferentes manifestações grupais e individuais exige, em virtude das transformações operadas nas várias dimensões da vida cotidiana, esforços teórico-metodológicos dos estudiosos da temática no sentido de decifrar o que significa ser jovem hoje. A constituição dos universos socioculturais juvenis se realiza em um amplo leque de diversidade diante das condições materiais e simbólicas vividas: de agrupamento, classes sociais, diferenças étnicas, religiosas, peculiaridades regionais, gênero e de organização social.

As precárias políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo dificultam as condições de vida dos trabalhadores rurais principalmente os jovens, que em consequência desta realidade, buscam nos estudos, opções de trabalho e novas relações pessoais entre outros jovens, isso tem contribuído para a constante saída dos jovens do meio rural para a cidade em busca de novos horizontes. Cabe ressaltar o impacto do projeto nesse sentido, pois, a partir dos relatórios do NEAF, com a participação dos jovens no projeto “Jovens Rurais”, o desejo de sair do campo para a cidade mudou, pois esses jovens passaram a enxergar o campo de forma diferente, passaram a ter a compreensão do lugar que ocupam, de si mesmos e da sociedade, de seus desejos de mudança e da afirmação como membros de um grupo social, além do aumento pelo interesse em participar mais das reuniões das associações dos

assentamentos melhorando a comunicação entre as pessoas dentro e fora dos assentamentos (NEAF, 2010b).

Essa questão do êxodo rural foi notória no desejo dos jovens participantes no início do projeto “Jovens Rurais”, principalmente quando se tratava de sair do campo para a cidade em busca de emprego para melhores condições de vida. Contudo, pode-se afirmar que a maior parte dos jovens participantes não possui mais esse pensamento, pelo contrário, segundo NEAF (2011a), os jovens não pretendem sair do campo, querem dar continuidade ao trabalho agrícola em seu lote, e, se muito, sair apenas para se profissionalizarem em áreas específicas do meio rural, tais como agronomia, zootecnia, medicina veterinária, entre outras relacionadas ao ensino superior.

No que diz respeito a permanência do jovem no campo, conforme os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo de 2000, há 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil, mas apenas 18% deles residem no meio rural. Ainda segundo este Instituto, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no campo. Os processos migratórios respondem pelo esvaziamento e pela masculinização da população rural. Os indicadores demográficos do IBGE têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos cinquenta anos. Em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira. Já no ano de 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país (ABRAMOVAY E CAMARANO, 1999).

Sobre a identidade camponesa, de acordo com Carneiro (1998) o estigma de ser “sem-terra” perpassa a maioria das relações e impede, por exemplo, que alguns jovens assumam sua identidade de assentado, a imagem passada, principalmente pela mídia, que associa os trabalhadores rurais e, principalmente, o MST a vagabundos, ladrões de terras e marginais, dificulta bastante a chegada dessas famílias na nova região de convívio, cria obstáculos para o estabelecimento de uma relação de respeito e solidariedade. O preconceito que se instala antes mesmo das famílias é sentido na maioria dos contatos estabelecidos entre a população residente e a recém chegada, como na escola, no supermercado, na rua, etc. Como visto nos resultados apontados, esses fatores foram amenizados nos jovens por meio da participação no projeto “Jovens Rurais”.

Com isso, o projeto “Jovens Rurais” incentivou os jovens a permanecerem no campo, por meio das oficinas, as quais debateram formas dos jovens reelaborarem

seus projetos futuros de vida, portanto, cabem as demais instituições de ensino superior, realizar projetos como este para o incentivo a fixação do jovem no campo para que esses dados do IBGE não continuem sendo reduzidos no que diz respeito à saída dos jovens do campo. Nesse contexto, com o auxílio do projeto, os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passaram a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados, exclusivamente, na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como urbanos, o que se expressa no “ideal urbano” (CARNEIRO, 1998).

No que diz respeito à organização social, esta foi bastante trabalhada durante as vivências do projeto por meio das oficinas e atividades de recreação, sendo assim, foi perceptível seu desenvolvimento positivo nos jovens após a participação no projeto.

De acordo com o relatório do NEAF (2010b), com as atividades de lazer e recreação promovidas durante o projeto, os jovens se tornaram mais comunicativos, desinibidos e espontâneos graças a essas atividades. Sobre o relacionamento com os vizinhos, os jovens passaram a ter mais convivência e amizade (NEAF, 2011b).

Em 2010, antecedente a III vivência, os jovens deveriam realizar um evento no qual seriam firmadas parcerias com agricultores de seus assentamentos para que se pudesse realizar em seus lotes atividades aprendidas nas vivências passadas, e segundo relatório do NEAF, para os jovens, foi muito interessante ter que se responsabilizarem por um evento e muito gratificante ver que conseguiram alcançar o objetivo, estimulando e desenvolvendo a organização social (NEAF, 2010a).

Segundo Oliveira (2002),

“sempre que alguém precisa realizar uma atividade para a qual é necessário recorrer ao concurso de outros, ou sempre que algumas pessoas descobrem que, se unirem suas forças, conseguirão fazer coisas que seriam impraticáveis se perseguidas por apenas uma delas, o resultado é uma organização” (p.126).

Segundo um relatório do NEAF (2011a), todos esses fatores apontados por Oliveira podem ser percebidos. Os jovens passaram a ter maior facilidade para a organização das atividades do lote, na família e escola, assim como conciliar todas as suas tarefas diárias desses itens apontados com as tarefas que eram propostas pelo projeto, tais como reuniões constantes, eventos esportivos, horta comunitária, entre outros os quais exigiam uma organização para sua realização.

Relacionado ao que foi discutido acima, a auto estima foi outro fator apontado como resultado, pois cabe ressaltar a importância desta no que diz respeito à fixação do jovem no campo, na organização de suas atividades no lote, assentamento, escola e em suas perspectivas futuras dentro do assentamento.

De acordo com NEAF (2009a), a maior parte dos jovens multiplicou os conhecimentos produzidos durante a participação no projeto “Jovens Rurais”, repassando o que aprenderam para família e demais agricultores de seus assentamentos de origem de forma clara, explicando as técnicas rurais na teoria e na prática e mostrando o que é certo e o que é errado nas práticas agrárias realizadas anteriormente.

Quanto à escola, houve mudanças no comportamento de alguns jovens, e segundo alguns relatos de pais apontados no relatório do NEAF (2009a), não apenas na escola, mas em casa, no relacionamento com a família também houve mudanças positivas quanto ao comportamento, maior participação nas atividades do dia-dia.

De acordo com Estevam (2001) e Manhani (2000), após participarem de programas como o projeto “Jovens Rurais” ou outros, de apoio aos jovens residentes no campo, os jovens demonstram mais disposição em permanecer nas atividades agrícolas e ou agroindustriais, incorporam conhecimentos que são aplicados em suas unidades produtivas, geralmente com a introdução de novas técnicas, resultando em mudanças nas condições materiais das famílias, o que possibilita assim a redução da tendência de migração e da evasão escolar. Estes projetos fortalecem as identidades desses jovens como agricultores ou como empreendedores e empresários rurais – o que varia conforme as bases ideológicas que motivam essas iniciativas.

Abordando as questões relativas à escola, segundo Durston (1996), a educação formal proporciona aos jovens rurais uma melhor capacitação, que os qualifica para empregos melhores, pois “os trabalhadores assalariados sem escolaridade ou capacitação permanecem em tarefas simples e rotineiras; os jovens com instrução podem ser capacitados para desempenhar postos de maior produtividade e responsabilidade” (p. 29).

Compreender a educação escolar que interessa à classe trabalhadora rural significa buscar e articular os interesses e o saber social, considerando as diversas formas de manifestação social, política e produtiva. A escola tem importante função social na divulgação do saber universal para a população rural, no entanto, a crítica está centrada na educação instituída que privilegia a reprodução de valores de grupos dominantes.

A partir disso surge a necessidade de constituição de escolas que levam em conta as especificidades dos trabalhadores rurais, defendendo a proposta de escola alternativa com o uso de teorias, metodologias e currículos específicos, voltados exclusivamente para os interesses dos trabalhadores rurais e do movimento social rural como as Escolas Família-Agrícola (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs), escolas de formação do MST entre outros (MASCARENHAS, 2004).

As EFAs e CFRs buscam oferecer aos camponeses uma educação vinculada à cultura da região a partir da pedagogia da alternância. Segundo Ghon (1999) na Pedagogia da Alternância, o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem.

Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia-a-dia, na família e escola, e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe. É na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora seus marcos de referência (p. 38).

A Pedagogia da Alternância institui um relacionamento entre o meio em que vive o jovem-família-comunidade-escola. Família e escola reinterpretam-se mutuamente na diversidade do conjunto das circunstâncias envolvidas. As interpretações das realidades familiares, comunitárias e escolares surgem dos questionamentos, das dúvidas quanto ao estabelecido.

Carneiro (1998) nos diz que no conjunto das condições de reprodução dos trabalhadores rurais, cabe às práticas educacionais a elaboração, a sistematização, a difusão de conhecimentos, capacidades, habilidades, atitudes e valores referentes à sua inserção social, tanto no processo de produção e na sociedade como um todo.

A questão da renda própria foi outro fator que apareceu durante os estudos dos relatórios disponibilizados pelo NEAF, sendo que essa questão é geralmente apontada como principal motivo ao êxodo rural pelo fato da cidade ser considerada mais propícia para a produção de renda e busca de melhores condições de vida (BRUMER et al., 2000; DESER, 1999; WEISHEIMER, 2002).

Durante as oficinas ocorridas no decorrer das vivências, os jovens receberam conhecimentos de diferentes áreas, em uma delas, oficina ministrada pelo ITESP (Instituto de Terra de São Paulo) com parceria de três jovens agricultores do interior de São Paulo, os jovens conheceram os projetos desenvolvidos pelos jovens agricultores de São Paulo que auxiliam na geração de renda. Essa oficina foi útil para

que os jovens pudessem perceber as possibilidades para gerar renda própria e também novas alternativas para o trabalho no campo (NEAF, 2009a).

Com as demais oficinas realizadas no projeto “Jovens Rurais”, os jovens aprenderam a utilizar materiais alternativos para construções diversas, assim como a usarem e aproveitarem resíduos para adubação e proteção do solo, entre outros, os quais possibilitaram o aumento da produtividade, diminuição de gastos e aumento da renda por meio da comercialização da produção obtida (NEAF, 2009a).

A heterogeneidade das condições de vida e trabalho dos jovens que vivem no meio rural brasileiro resulta em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade. Esses jovens compartilham os desafios que a agricultura familiar e os assentados encaram para garantir sua autonomia econômica e a melhoria das suas condições de vida. Com isso, de acordo com NEAF (2011a), o projeto “Jovens Rurais” colaborou positivamente com a visão que os jovens tinham de que somente a cidade pode trazer melhores condições de vida, no que diz respeito ao aumento da renda própria, conscientizando-os de que o campo pode sim ser fonte de renda e continuidade de uma agricultura familiar, desde que, pensado de forma coerente, como o projeto objetivou transpor aos participantes.

A continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar e concepção própria. É na diluição das fronteiras entre o campo e a cidade que os jovens rurais vêm construindo seus projetos de vida, sendo assim, entende-se que a educação deveria proporcionar a estes residentes, no meio rural, um espaço propício para a construção da cidadania e condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social, elementos determinantes para a fixação do homem no campo.

A criação de estratégias para evitar o êxodo rural e a pouca renda no lote requer anular a invisibilidade que caracteriza os jovens na agricultura, pois a juventude é pouco perceptível para a maioria de projetos de combate à pobreza rural, é invisível para as organizações que tratam do tema no setor urbano e é também para os próprios sociólogos que em suas pesquisas sobre os jovens esquecem que existe uma juventude rural (DURSTON, 1994).

Contudo, nesse cenário de constante processo de modernização, a agricultura camponesa passa a ser reconhecida como detentora de um saber fazer agricultura de forma inteligente, racional e estável. Isso demonstra que os camponeses sobrevivem, apesar de crises ambientais e econômicas e, mais ainda, estão contribuindo

para resgatar práticas agrícolas que garantam a sustentabilidade de seus agroecossistemas. Essa tradição, esse saber camponês contribui, inclusive, para fundamentar pesquisas no campo da Agroecologia, ciência que busca responder às demandas por tecnologias mais sustentáveis na produção agrícola. Nessa experiência acumulada pelos camponeses durante séculos está a base de sua identidade, construída nas relações que estabelecem com a natureza (CAMPOLIN e FEIDEN, 2010).

Sendo assim, o projeto despertou nos jovens a busca pela sua autonomia mediante os recursos da cultura, propiciou a aptidão para a organização social, assim como revitalizou a identidade camponesa e auxiliou no resgate à percepção da condição de herdeiros de uma identidade e de uma terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar as alterações promovidas pela implantação do projeto “Jovens Rurais” na vida escolar, na organização social e na (re) produção da identidade camponesa dos jovens assentados envolvidos.

Sendo assim, os dados da pesquisa permitem concluir que a participação dos jovens no projeto lhes permitiu ampliar e modificar seus relacionamentos com a escola, tais como o desenvolvimento da organização social, a melhora das notas, melhor comunicação com os colegas e aumento do interesse pelos estudos. Os jovens passaram a se envolver mais nas atividades e conteúdos ministrados pela escola bem como buscar articulá-los aos seus saberes e fazeres das suas atividades no dia-a-dia do lote.

Pôde-se concluir ainda que os jovens passaram a se organizar melhor em busca de seus ideais. Passaram a compor as reuniões das Associações dos Assentamentos que fazem parte; passaram a organizar pequenas reuniões e eventos como: campeonatos esportivos, festejos populares e atividades coletivas de plantio, roçado, colheita e comercialização dos produtos cultivados em seus lotes ou espaços de cultivos coletivos (horta comunitária, por exemplo).

O projeto revitalizou a identidade camponesa e resgatou a percepção da condição de herdeiros de uma identidade e de uma terra, assim, os jovens passaram e se perceber melhor como membro de um grupo social importante por suprir a mesa de milhares de brasileiros.

Um dos fatores mais perceptíveis foi o desenvolvimento positivo da comunicação, desinibição e espontaneidade, fatores que contribuíram para um bom

relacionamento com os vizinhos de seus assentamentos de origem, maior ciclo de amizades na escola, assentamento e entre outros assentamentos e acampamento participantes do projeto “Jovens Rurais”

Outros questões relacionadas as alterações promovidas pelo projeto “Jovens Rurais” foram visivelmente perceptíveis nos jovens, tais como as questões relacionadas ao aumento da renda nos lotes e fatores determinantes para a permanência do jovem no campo, sendo assim, se faz necessário a continuação da presente pesquisa para contemplar tais quesitos que não se fazem presentes nos objetivos do presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Texto para discussão no 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

BRUMER, Anita; Rosas, Eduardo Nunes L.; Weisheimer, Nilson. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

CAMPOLIN, Aldalgiza Ines; FEIDEN, Alberto. *Educação, formação de professores e identidade camponesa*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.142. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM142>>. Acesso em: 06 Jun. 2011.

CARNEIRO, Maria José. *O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CEPAL. Divisão do desenvolvimento social. *Juventude rural: força de modernidade e democracia*. In: Cepal. *Juventude rural – modernidade e democracia na América Latina*. Santiago, Chile, 1996.

DESER. *Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Deser/Ijuí: Unijuí/Francisco Beltrão: Assesoar, 1992.

DESER/Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. *Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural da região Sul*. Convênio: Ceris/Fórum Sul dos Rurais da CUT/Deser (mimeo.), 1999.

DURSTON, John. *Juventude Rural, Modernidade e Democracia*. In: Tavares, Doraci; Nelson Lemos (Comp.). *Juventude e Desenvolvimento rural no Cone Sul Latino Americano*. Santiago do Chile: PROCODER –EMATER/RS –IICA, 1994, p. 13-15.

DURSTON, John. *Estratégias de vida de jovens rurais na América latina*. In: Cepal. Juventude rural – modernidade e democracia na América Latina. Santiago do Chile, p. 57-80, 1996.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *A formação do cidadão nos cursos do MST*. Sociologias, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 144-189, jul./dez. 1999.

MANHANI, Daniela Cristina. *Uma avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais: Projovem*. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais*. In: PESSOA, Jadir de Moraes (org). Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: UCG, 2004. p. 15-28.

MELUCCI, Alberto. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Educação/ANPEd. n.ºs 5 e 6, mai/dez, 1997. p. 5-14.

NEAF. *Relatório da Reunião de acompanhamento da 1ª tarefa Assentamento Santa Rita e Rio Claro*. Jataí – GO, 2009 a.

NEAF. *Relatório da Reunião de acompanhamento da 2ª tarefa Assentamento Santa Rita e Rio Claro*. Jataí – GO, 2009 b.

NEAF. *Relatório da Reunião de acompanhamento, tarefa do II módulo 1ª etapa*. Jataí – GO, 2010 a.

NEAF. *Relatório da 1ª visita de acompanhamento das atividades (individuais e comunitárias) relacionadas a III vivência – Assentamento Santa Rita*. Jataí – GO, 2010b.

NEAF. *Relatório da Reunião de acompanhamento para a IV vivência*. Jataí – GO, 2011a.

NEAF. *Questionário aplicado aos moradores dos assentamentos participantes do Programa de Intervivência Universitária*. Jataí – GO, 2011b.

RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas e juventude dos anos 90*. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas, v. 2. Brasília: CNPD, 1998.

OLIVEIRA, Sílvio L. *Sociologia das Organizações*. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar*. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes Rurais: Mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005

WOORTMAN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Brasília: Hucitec/UNB, 1994.